

Exmº Sr Presidente da

8ª Comissão da Educação Ciência e Cultura

Assembleia da República

Assunto: Petição nº 403/XII/3ª – Resposta à solicitação de pronúncia sobre o conteúdo da mesma

1

Somos intervenientes de uma sociedade cujos sistemas de governação nos falam da crise. Mas não somos meros espectadores. Vivemo-la na pele, desde há décadas, mesmo quando a crise não se chamava crise mas já nos era vendida a ideia de que nós, os cidadãos portugueses, os contribuintes, vivíamos acima das nossas posses.

São décadas de casos de corrupção que se agudizam, décadas de cortes nas políticas sociais, décadas onde só os mais distraídos não observam a morte das mesmas. Isto mesmo pela parte de partidos que se denominam "socialistas" ou "sociais-democratas". Por isso, somos intervenientes e temos uma voz.

Mas este é, de facto, um problema de fundo. O que está a acontecer em Portugal é o que se está a passar em muitos outros países do mundo, tendo como exemplo indubitável o que se pratica nos Estados Unidos da América: um esforço ardente para destruir a Segurança Social, ainda que não estejam demonstradas cabalmente – antes pelo contrário – razões económicas para o fazer.

Neste plano, Segurança Social e Educação Pública são ideias e sistemas cada vez mais detestados pelos governantes. Porquê? Porque são ideias perigosas. Perigosas, pois!, não há aqui qualquer empolamento: tratam-se de resíduos de uma concepção perigosa de que estamos todos no mesmo barco e que temos que colaborar para criar melhores condições de vida e um futuro melhor.

Quando se procura maximizar receitas ou consumos, qualquer ideia de colaboração não soa bem. É preciso expulsá-la da mente das pessoas. A solidariedade, sendo

perfeitamente possível num mundo que se apregoa civilizado, munido de tantas ferramentas, seria algo, igualmente, perfeitamente acessível. Mas dificulta o controlo das pessoas e impedem-nas de serem objectos passivos do poder privado.

Décadas de "crise" a pagar impostos ditam-nos estas palavras!

Para nós, que pagamos altíssimas contribuições sociais, inversamente proporcionais ao investimento nas políticas sociais (note-se!), este investimento social existe para garantir, por exemplo, que crianças de gerações vindouras mais desfavorecidas não vejam nunca comprometido o direito ao ensino. Ou que idosos não percam a possibilidade de continuar a receber a sua reforma. Também neste esforço que nos é pedido, o de viver numa dividocracia, onde o direito à Justiça, à Saúde, à Cultura é o que é, onde os governos se comportam, tantas vezes, como meras empresas (ou, ao invés disso, privatizam até as nuvens, parafraseando Saramago) vemos afectada a qualidade do ensino público pela bitola de uma visão economicista que não entende o que é o impacto de um sistema de ensino ao longo dos anos, apenas a sua sustentação matemática.

Neste contexto, invocar a Constituição portuguesa e o seu ideal exposto, latente e patente, de democracia e, portanto, convergindo sempre e cada vez mais para uma igualdade de oportunidades, é até grosseiro, de tão evidente. É um exercício penoso, citar este documento. Haja vergonha na cara.

Os desfasamentos sociais criados pelo hiperconsumo e por um Estado cada vez mais dissociado das suas responsabilidades sociais, acentuando cada vez mais ricos de pobres, não são um projecto digno para a ideia de um país. Mas pior este se manifesta quando se percebe que, a ditadura dos cortes, das folhas de cálculo, das gestões economicistas, das maximizações das receitas forjam, como se não bastasse, um Portugal a duas velocidades, onde as zonas interiores, se desertificam de forma galopante.

2

A Estação Teatral é uma estrutura profissional de teatro, uma unidade de criação, que sempre sustentou a sua actividade a partir de um relacionamento muito próximo e muito cúmplice com a sua comunidade, na extensa área da Beira Interior.

A escola, por isso mesmo, desde o início, desde o ano de 2004, foi um espaço privilegiado. E a companhia conhece-a. O seu funcionamento, os seus professores,

funcionários e alunos. Desenvolve desde esse ano, de forma intensa, constante, profissional um projecto pedagógico denominado "Uma história para continuar..." que ao longo de todo um ano lectivo já chegou a ter a colaboração de TODAS as escolas do Ensino Básico, do Concelho do Fundão. Também a sua experiência com as AEC (Actividades de Enriquecimento Curricular) foi, enquanto durou, um projecto que complementou este envolvimento.

Enquanto lutamos por colaborar com uma região que tinha uma auto-estrada oferecida mas que rapidamente se transformou na mais cara da Europa – voltando a fazer desta região uma ilha sem mar; enquanto procuramos que a criação em teatro a partir do imaginário colectivo de uma espaço geográfico, social, cultural muito singular, eleve e sublime as suas gentes, vamos observamos com espanto o fenómeno da desertificação com o alto patrocínio dos governos vigentes.

É difícil viver com cortes, viver numa dividocracia, pagar impostos para nada e ainda ter como inspiração a desertificação galopante de um Portugal de ricos e de pobres.

Senão, veja-se: aos cortes orçamentais a que somos anualmente sujeitos, enquanto companhia de teatro, resta-nos o incentivo de vermos escolas em aldeias a fechar porque não cumprem o mínimo dos 21 alunos. Esta questão até se podia colocar, mas não de forma indiscriminada. As aldeias do Alcaide e de Alcongosta, por exemplo, em plena Serra da Gardunha, perderam recentemente as suas escolas. Já não têm centros de saúde, nem bibliotecas, nem... Nem nada. Vão ficar vazias. Vazias como a cabeça dos tecnocratas, perdão, tecnocratas, que não querem perceber por convicção que o problema do ensino não tem que ver com QUANTIDADE mas com QUALIDADE.

Neste concelho, o ensino público está a ser asfixiado e mais um rol assustador de escolas estão na berlinda para fechar as suas portas. Enquanto isso, investe-se no ensino privado, com a falácia de que este é melhor. Não é. Apenas será se se continuar a destruir o ensino público.

Acabamos como começamos...

Já são muitos anos a ouvir mentiras, a observar escandalosos casos de corrupção, abuso de poder, tráfico de influências, relações promíscuas e nada transparentes entre o privado e o público para não termos uma voz.

A crise que nos apregoam é uma ferramenta que dita um sistema capitalista pujante, que se reinventa e fortalece. A destruição da escola pública, o seu desinvestimento, chama-se delapidação, tal como, por exemplo, a imagem de um exército napoleónico que, ao passar por um convento que ficasse pelo caminho, o pilhasse...

E quem não aposta verdadeiramente na qualidade do seu ensino público e não pensa neste para as próximas gerações, será sempre o autor de um país refém. De um país de ignorantes para ignorantes.

Sai mais cara a ignorância do que qualquer investimento numa política social!

3

Passaremos, agora, à nossa experiência concreta de 10 anos no terreno; 10 anos de actividade cúmplice com as escolas do Concelho do Fundão dizem-nos, então, que:

1. Há turmas grandes em salas pequenas. Devia haver turmas mais pequenas em salas grandes. Não é preciso investir no privado para resolver isto.
2. Nessas turmas grandes, a cada ano que passa, os alunos relacionam-se entre si de forma cada vez pior. Nada está a ser feito, a não ser fecharem-se as escolas, aumentarem-se as turmas e abrirem-se escolas privadas.
3. Há escolas públicas com espaços bons e boas condições específicas para cada tipo de trabalho a desenvolver. Mas também há muitas escolas a precisar de investimento nesse sentido. É incompreensível desviar dinheiros públicos para escolas privadas, havendo esta evolução por fazer.
4. As relações e as interações entre alunos e alunos/professores/restante comunidade escolar têm vindo a degradar-se sucessiva e gravemente. Esta quebra é inequívoca e pode vir a comprometer a formação da atuais e futuras gerações e o futuro do próprio país. Uma observação de 10 anos é por demais suficiente para a comprovar. O envolvimento escolar está a decair abruptamente. A resposta do Ministério da Educação é fechar escolas que do ponto de vista da gestão não se maximizam e virar-se para o crescimento das escolas privadas.
5. Em 10 anos com um projecto pedagógico ("Uma história para continuar..."), a Estação Teatral foi obrigada a mudar um formato que se revelou muito feliz. Não apenas porque a sociedade em 10 anos evoluiu. Mas principalmente porque já nada se

podia fazer contra a impotência de professores deprimidos ou desmotivados em escolas desventradas de essência criativa e sufocadas por uma irracional burocratização. Os seus alunos, não é difícil de imaginar, são um reflexo destes tempos de varrimento da criatividade, da partilha e da reflexão...)

6. Curiosamente, nas aldeias, com turmas mais pequenas (sim, com menos de 21 alunos) sempre se verificou uma entrega e uma motivação empolgantes, comparativamente com turmas mais urbanas. Povoações lindas, que mereciam florescer, ter força jovem, engenho, expressando a pluralidade, a ideia de uma identidade e de um projeto coletivo – de um "nós"! - são para o Ministério da Educação um quintal (quando se defende, como já se ouviu nos órgãos de comunicação social, que não pode haver uma escola em cada "quintal"). Neste contexto, quintal não é mais do que um cemitério.

Lamentamos. Esta afirmação é taxativa e irrefutável: no Concelho do Fundão, (exemplo de todo o distrito de Castelo Branco e do país que somos), turmas mais pequenas foram sempre sinónimo de melhor qualidade. As exceções que verificámos confirmam a regra.

Tem a Estação Teatral consciência que tudo isto passa por uma questão de vontade política. Argumente-se o que se argumentar, com experiência no terreno, com factos, nada irá mudar enquanto essa mesma vontade política não mudar também.

Por isto tudo, vem a Estação Teatral pronunciar-se no sentido de reclamar uma mudança radical na política educativa e a responsabilização do Estado Português em assumir um efectivo investimento NUMA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE em detrimento do crescente esbanjamento dos dinheiros públicos, num Ensino Privado que visa desvalorizar ainda mais o ensino público. A manter-se a continuidade dessa opção política, estaria o Estado português a assumir um estatuto de privilégio para com o ensino privado, configurando-se uma realidade social absolutamente inaceitável, indigna de um Estado Democrático e contrária ao princípio da igualdade de oportunidades consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Terminamos enviando os nossos melhores cumprimentos

Pel'A ESTE – Estação Teatral



(Nuno Pino Custódio)

(Director Artístico)

Fundão, 20 de julho de 2014